



**SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE ARTICULAÇÃO SOCIAL**

A Participação Social no Governo Federal

Gerson Almeida
Secretário Nacional de Articulação Social

SUMÁRIO:

- 1. VISÕES DE DEMOCRACIA**
- 2. DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO**
- 3. RESPOSTAS EM CURSO**
- 4. RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO**
- 5. CONSELHOS NACIONAIS**
- 6. CONFERÊNCIAS NACIONAIS**
- 7. CONCLUSÕES**

1. VISÕES DE DEMOCRACIA

- Esquemáticamente, é possível separar as diferentes concepções de democracia em dois grandes campos:
 1. **O campo restritivo:** compreende a democracia como a presença de procedimentos eleitorais praticados regularmente. Democracia como forma de constituir governos.
 2. **O campo abrangente:** compreende a democracia como processo político e também social. Participação dos cidadãos como parâmetro para definir a prática democrática.
- Para o primeiro, a cidadania é praticada por meio do exercício do voto; para o segundo, através da participação efetiva na gestão pública.

1.1. Visões de Democracia

- **O abrangente** não prescinde do compromisso com os procedimentos, mas compreende a democracia como algo que não pode ser contido neles.
- Neste caso, a esfera política estatal e a esfera social precisam construir **espaços de interação** entre si.
- É nesta interação entre o Estado e a sociedade civil, que se estabelece o que alguns autores chamam de **esfera pública**. Espaço no qual é produzida a opinião pública.

2. DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO

- O compromisso com a cidadania implica em assegurar espaços de participação em todo o ciclo de produção das políticas públicas: concepção, controle, avaliação e revisão;
- A incorporação de novos sujeitos sociais na produção das políticas públicas não subtrai qualquer uma das prerrogativas das demais instituições políticas;
- Para que as formas de participação ganhem eficácia e legitimidade, devem existir espaços institucionais permanentes e com regras bem definidas para o exercício do diálogo entre estado e sociedade;

2.1. Desafios da Participação

- Neste caso, o estado deve ser reconfigurado de forma a se tornar mais permeável às demandas produzidas no processo de interação com a sociedade;
- No governo do presidente Lula há uma diretriz geral no sentido de tornar o estado mais poroso às agendas produzidas na **esfera pública**;
- Essa interação implica na construção dos chamados “correspondentes institucionais” ao processo de participação;
- As formas que estão sendo desenvolvidas ampliar a participação da sociedade na produção das políticas públicas são, principalmente, as seguintes:

3. RESPOSTAS EM CURSO

Principais formas de participação social:

- Conselhos Nacionais;
- Conferências Nacionais;
- Mesas de negociação e diálogo;
- Pautas nacionais de reivindicações;
- Ouvidorias;
- Consultas e Audiências Públicas.

3.1. Conselhos Nacionais

Organizações institucionais setoriais ou temáticas, de caráter consultivo e/ou deliberativo e fiscalizador, com a finalidade de produzir e acompanhar políticas públicas no âmbito do governo federal.

3.2. Conferências Nacionais

Espaços democráticos para o encontro de diferentes setores da sociedade, interessados em avaliar, discutir, criticar e propor políticas públicas. Cumprem a importante função de construção de pautas para o diálogo social.

3.3. Mesas de Negociação e Diálogo

Instâncias de discussão e construção de propostas para temas específicos, que reúnem os setores diretamente interessados na questão que motivou a sua constituição. De um modo geral são desfeitas ao dar cabo de sua tarefa.

3.4. Ouvidorias

Espaços para a ação individual de críticas, sugestões, reclamações, denúncias e outros, para a melhoria do serviço público.

3.5. Consultas e Audiências Públicas

Instrumentos do diálogo para a busca de soluções para as demandas sociais ao longo da discussão sobre de obras e políticas públicas.

4. RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO

Alguns correspondentes institucionais criados para tornar o estado mais permeável ao processo de participação social:

- Ministério das Cidades;
- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Ministério dos Esportes;
- Ministério da Pesca e Aquicultura;
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;
- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
- Secretaria Nacional da Juventude/SG/PR;
- Secretaria Nacional de Economia Solidária/TEM;
- Concursos Públicos.

4.1. Reconfiguração do Estado

Reformulação de 16 Conselhos Nacionais 2003/2010

- Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - 2004
- Conselho Nacional de Turismo - 2008
- Conselho Nacional de Recursos Hídricos - 2003
- Conselho Nacional de Segurança Pública - 2009
- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - 2003
- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - 2008
- Conselho Assessor Nacional da Embrapa - 2003
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - 2003
- Conselho Nacional de Meio Ambiente - 2009
- Conselho Nacional de Política Cultural - 2009
- Conselho Nacional de Saúde - 2006
- Conselho das Cidades - 2006
- Conselho Consultivo do IPHAN- 2009
- Conselho Curador do FGTS - 2009
- Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - 2009
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação (em processo de reformulação).

4.2. Reconfiguração do Estado

Conselhos Nacionais criados a partir de 2003 (19)

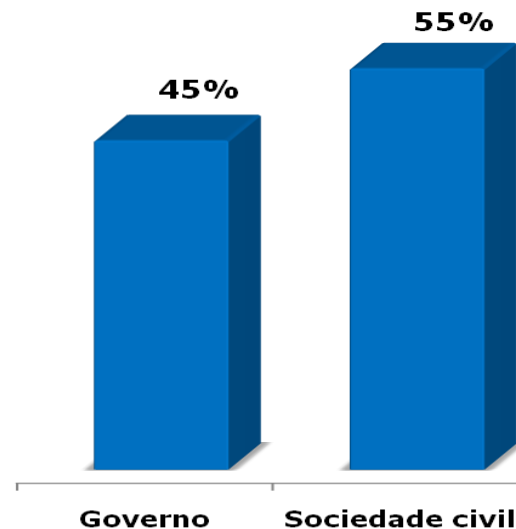
- Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção - 2003
- Conselho Nacional de Economia Solidária - 2003
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - 2003
- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - 2003
- Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - 2003
- Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - 2003
- Conselho Nac. de Comb. à Pirataria e Delitos contra a Propaganda Intelectual - 2003
- Conselho Nacional das Cidades - 2004
- Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - 2004
- Conselho Nacional de Política Cultural - 2005
- Conselho Nacional de Juventude - 2005
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação - 2005
- Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - 2006
- Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - 2006
- Conselho de Acompanhamento do FUNDEB - 2007
- Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - 2007
- Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - 2007
- Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - 2007
- Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo - 2008

5. CONSELHOS NACIONAIS

Existem 61 Conselhos Nacionais com participação social em funcionamento no Brasil.

Composição desses Conselhos.

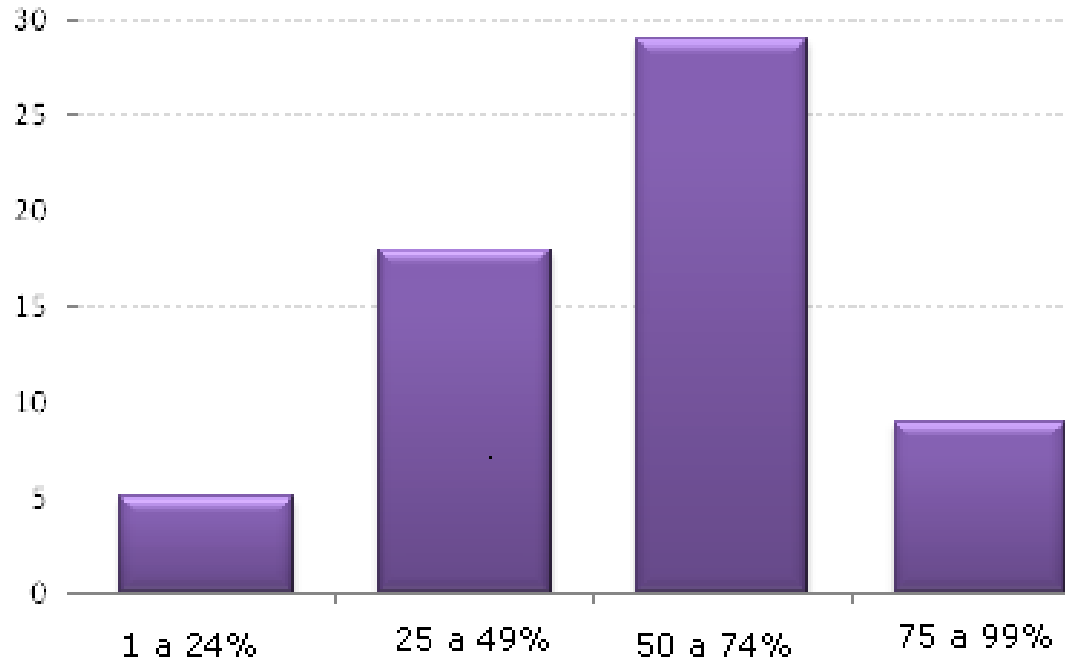
Total de Participantes	Governo	Sociedade civil
1742	785	957



5.1. Conselhos Nacionais

Distribuição dos 61 conselhos que possuem membros da sociedade civil

extratos	Nº de conselhos
1 a 24%	5
25 a 49%	18
50 a 74%	29
75 a 99%	9

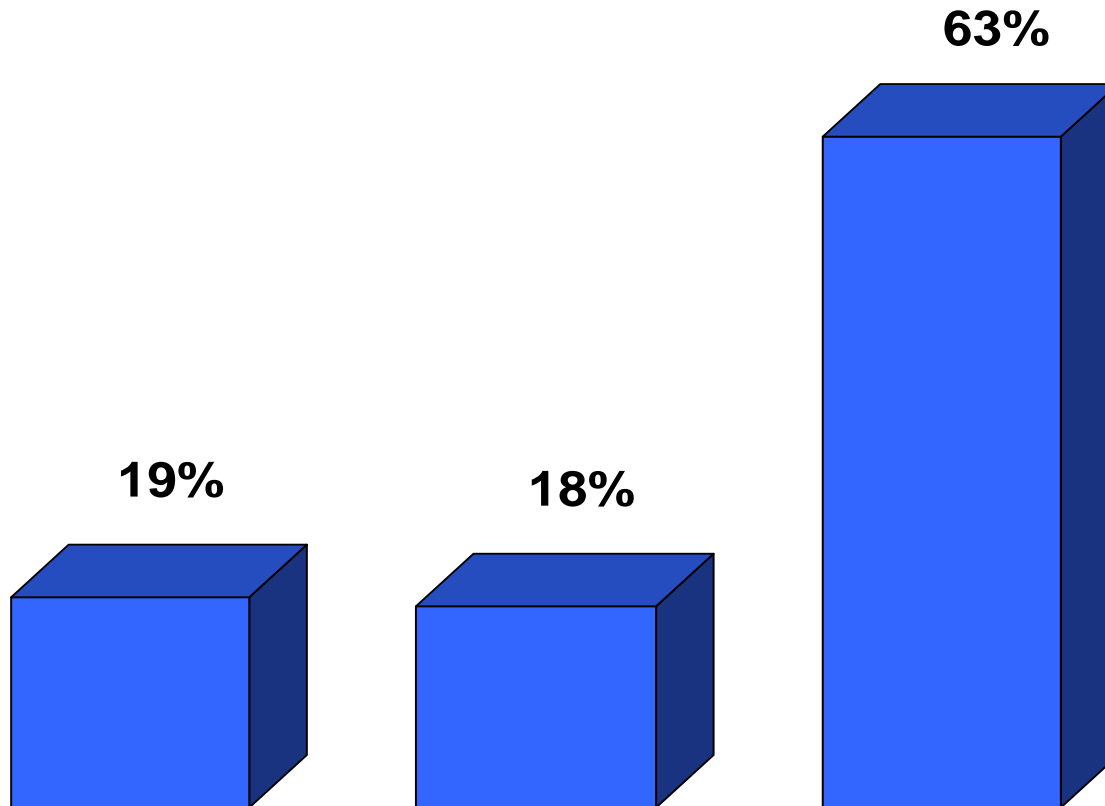


5.2. Formas de escolha da sociedade civil

- ❑ Assembleia das entidades inscritas de acordo com os critérios definidos em Edital, conforme o Regimento Interno. No caso do CONAMA, estão aptas todas as entidades inscritas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais – CNEA.(11)
- ❑ As entidades estão previstas em Regimento Interno, Portarias ou Decretos. No caso do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, há Lei específica (Lei 9.257/96).(16)
- ❑ Indicadas por comissão da SEPIR, conforme critérios estabelecidos em Edital específico. (1)
- ❑ Indicação pelo Presidente da República.(1)

6. CONFERÊNCIAS NACIONAIS

Das **112** Conferências Nacionais realizadas de 1941 a 2010; **21** ocorreram de 1941 a 1994; **20** de 1995 a 2002 e **71** de 2003 a 2010, até 19 de junho.



6.1. Conferência Nacionais 2010

CONFERÊNCIAS NACIONAIS REALIZADAS EM 2010		
Nº	Mês	Conferências
01	Março	1ª Conferência Nacional de Defesa Civil
02	Março	2ª Conferência Nacional de Cultura
03	Abril	1ª Conferência Nacional de Educação
04	Maio	4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
05	Junho	2ª Conferência Nacional de Economia Solidária
06	Junho	3ª Conferência Nacional do Esporte
07	Junho	4ª Conferência Nacional das Cidades (de 19 a 23 de junho)
08	Junho	4ª Conferência Nacional da Saúde Mental (de 27 a 30 de junho)

6.2 CONFERÊNCIAS NACIONAIS

Políticas públicas propostas em conferências:

- ❑ Sistema Único de Saúde;
- ❑ Sistema Único de Assistência Social;
- ❑ Sistema Nacional de Esporte e Lazer;
- ❑ Sistema Nacional de Economia Solidária;
- ❑ Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas - SINASE;
- ❑ Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;
- ❑ Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- ❑ Plano Nacional de Segurança Pública;
- ❑ Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual;
- ❑ Plano Nacional de Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT;
- ❑ Plano Nacional de Cultura;
- ❑ Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil;
- ❑ Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual;
- ❑ Plano Decenal de Assistência Social;
- ❑ Plano Nacional do Direito à Convivência Familiar e Comunitária;

6.2 CONFERÊNCIAS NACIONAIS

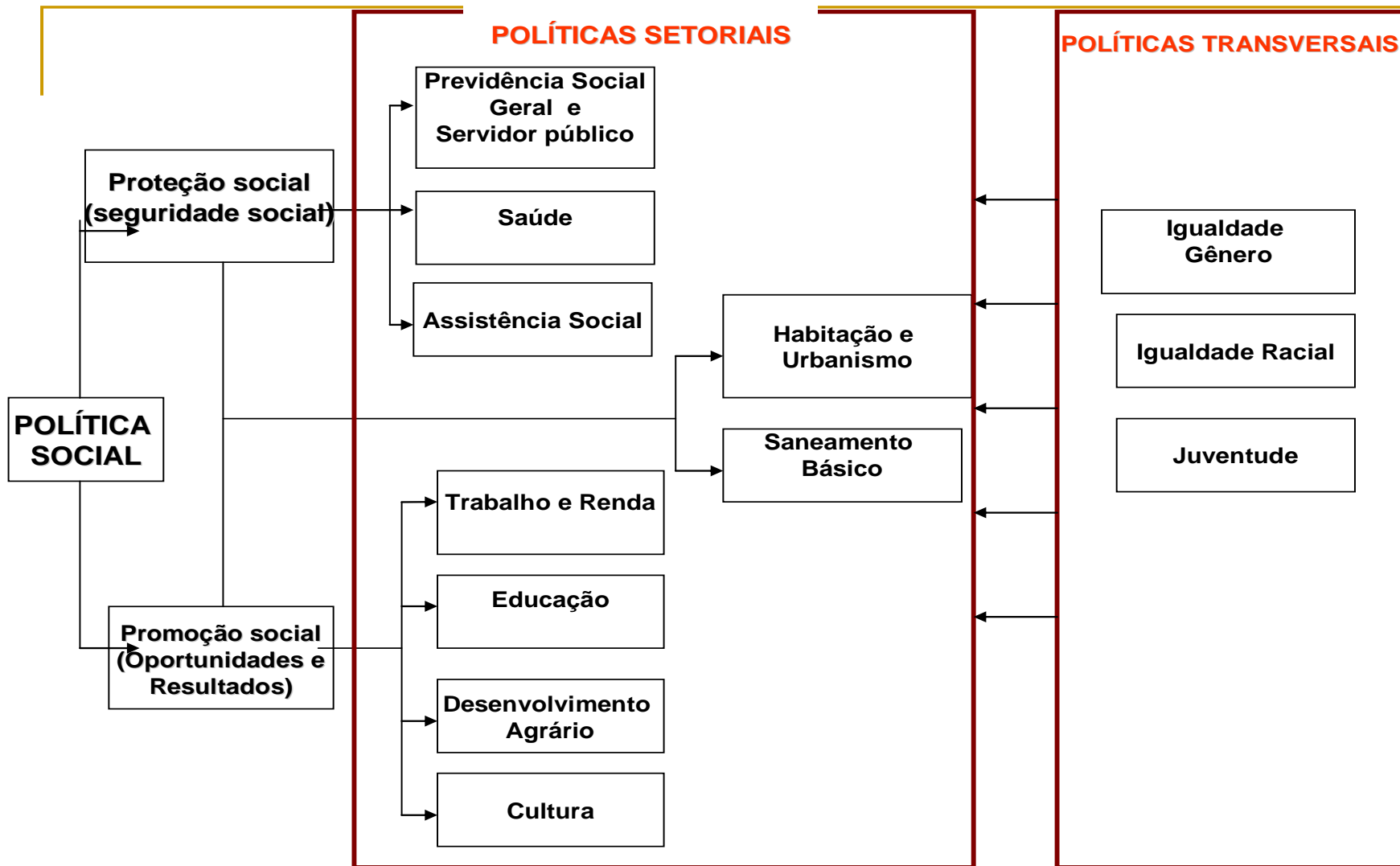
Políticas públicas propostas nas Conferências:

- ❑ Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal;
- ❑ Plano Nacional da Igualdade Racial;
- ❑ Programa Nacional dos Direitos Humanos;
- ❑ Programa de Cessão das Águas da União;
- ❑ Programa de Revitalização da Frota Pesqueira Artesanal;
- ❑ Programa de Habitação de Interesse Social;
- ❑ Programa Nacional de Capacitação dos Gestores Municipais e Estaduais; Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente;
- ❑ Programa Brasil sem Homofobia;
- ❑ Política Nacional Sobre Mudança do Clima;
- ❑ Criação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos-PR;
- ❑ Criação do Conselho das Cidades – CONCIDADES;
- ❑ Criação do Conselho Nacional da Aquicultura e Pesca – CONAPE

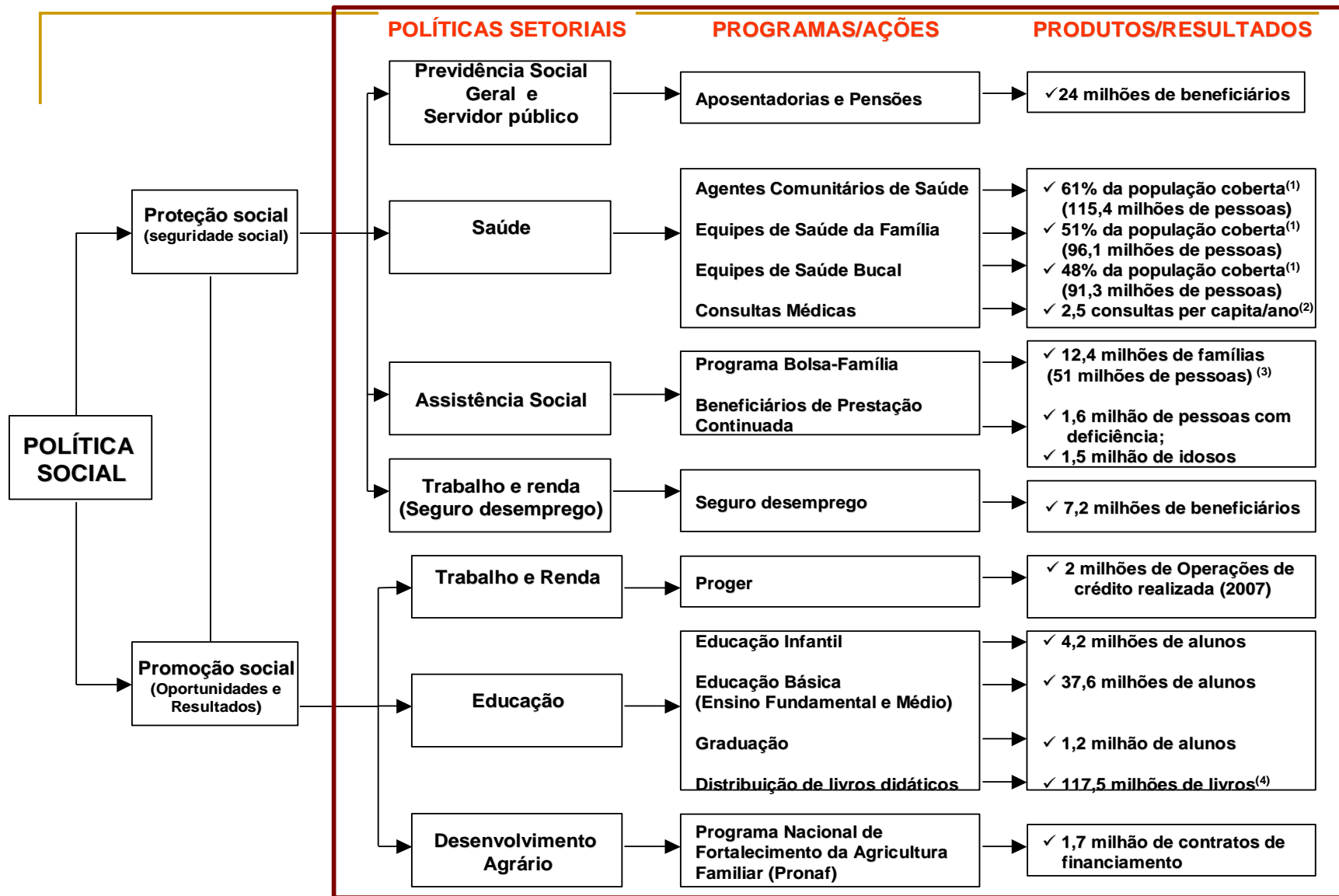
6.2 CONFERÊNCIAS NACIONAIS

Políticas públicas propostas nas Conferências:

- ❑ Campanha Nacional pela Abolição da Tortura e Rede Brasileira Contra a Tortura;
- ❑ Conselhos de Direitos e Fundos Setoriais;
- ❑ Reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Pública;
- ❑ Institucionalização do Estatuto do Idoso;
- ❑ Estatuto da Igualdade Racial;
- ❑ Campanha Nacional Contra a Impunidade;
- ❑ Reforma Psiquiátrica;
- ❑ Lei de Gestão de Florestas Públicas;
- ❑ Nova Lei da Adoção;
- ❑ Lei da Acessibilidade;
- ❑ Lei Federal da Saúde Mental;
- ❑ Comissão do Meio-ambiente e Qualidade de Vida na Escola;
- ❑ Novas Diretrizes para Planos de Carreiras para os Servidores Públicos Federais;
- ❑ Proposta para Regulamentação Coletiva no Setor Público;
- ❑ Ratificação da Convenção 151 da OIT;



Fonte: IPEA



(1) Departamento de Atenção Básica, Ministério da Saúde. Ano: 2009

(2) RIPSAs. IDB (2008)

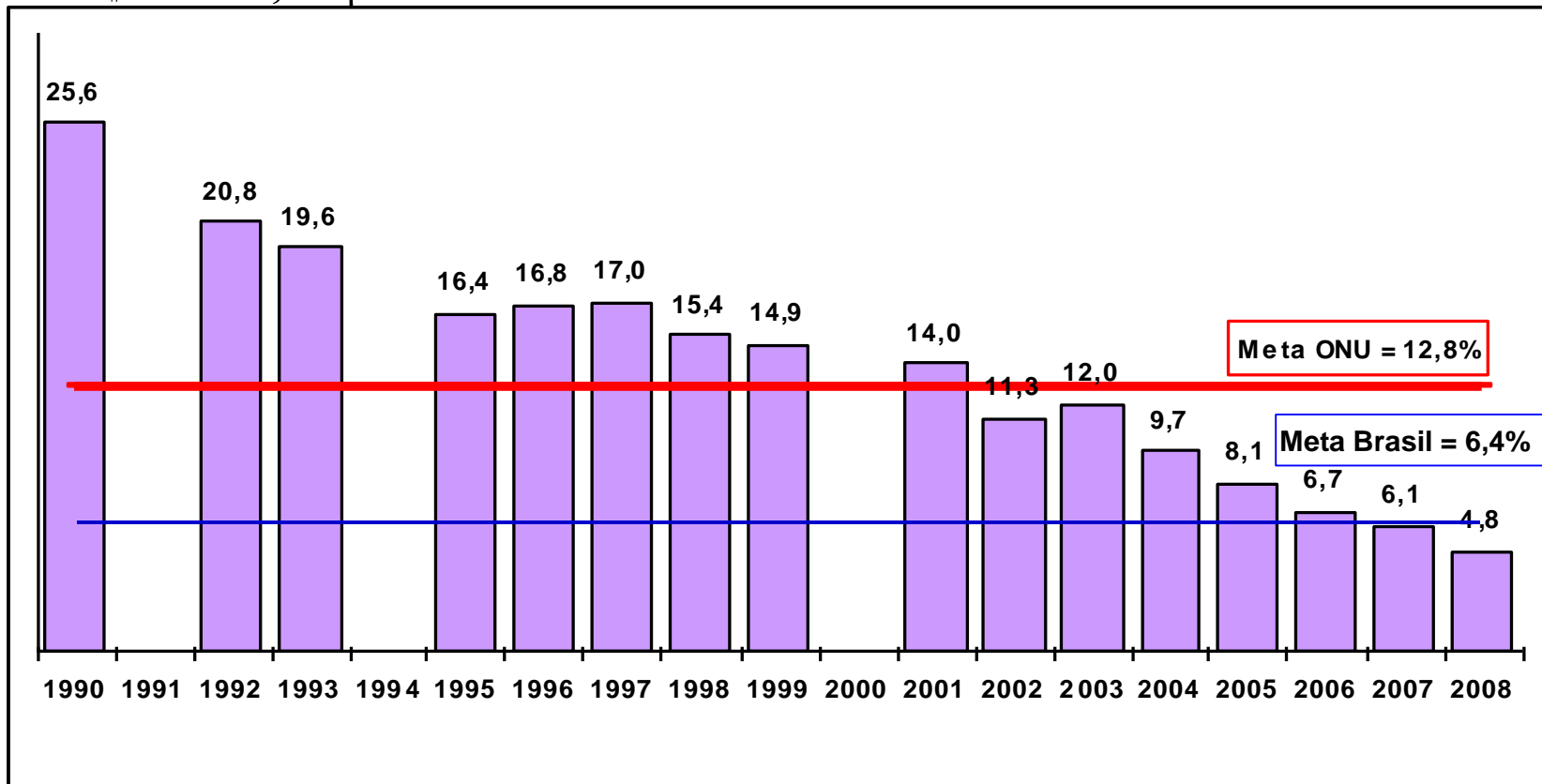
(3) MDS. Ano: 2009

(4) Em 2009, de acordo com o MEC, foram adquiridos 103,5 milhões de livros para o Ensino Fundamental, 11,2 milhões para o Ensino Médio e 2,8 milhões para alfabetização de jovens e adultos

Pobreza extrema é hoje menos de um quinto daquela em 1990... Brasil cumpriu meta 1



Porcentagem da população sobrevivendo com menos de US\$ PPC 1,25 por dia



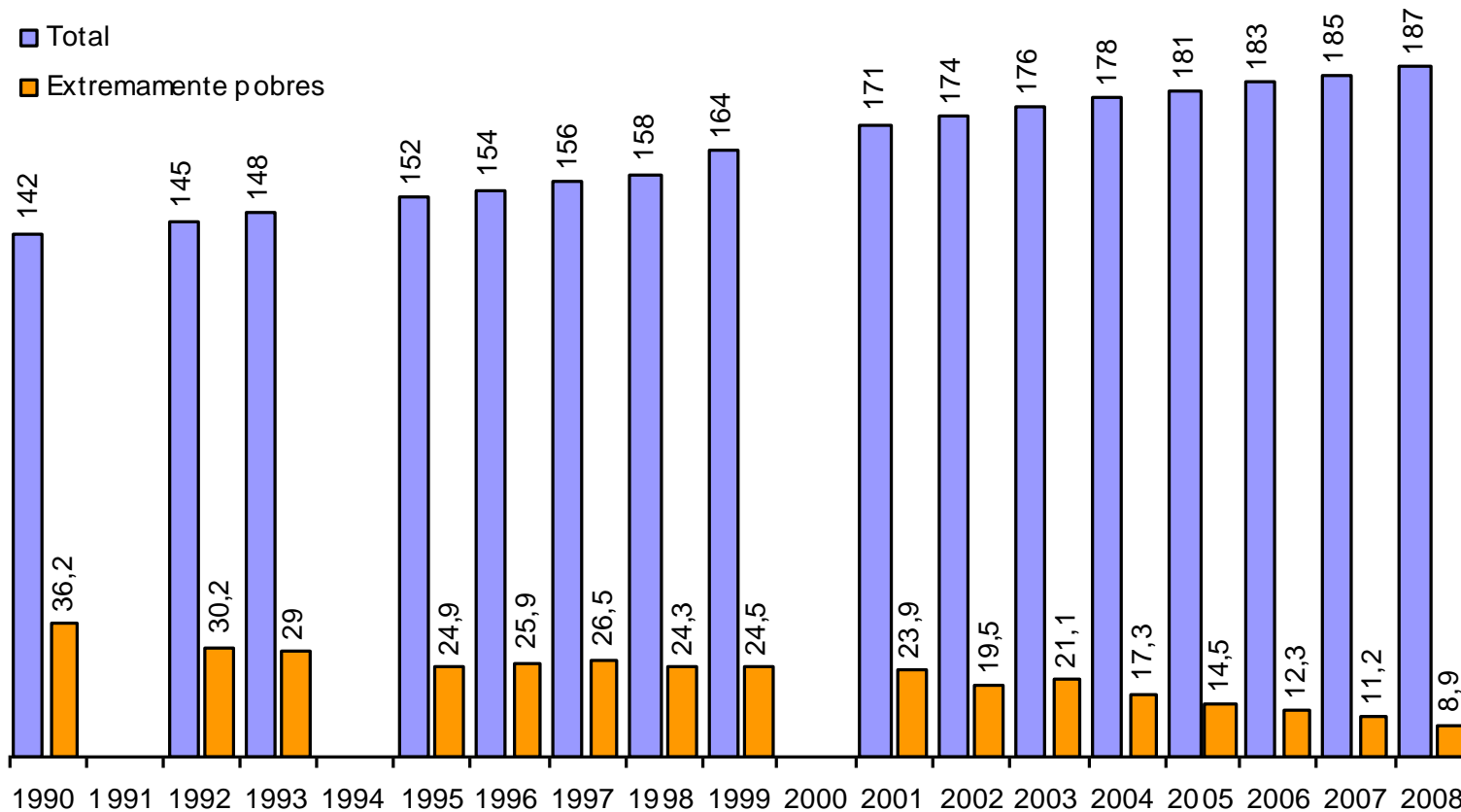
Fontes:

Renda: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD.

Fatores PPC: Nações Unidas, Divisão de Estatísticas (Banco Mundial, ICP 2005).

Inflação média anual do Brasil e dos EUA: Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook, 2009.

Enquanto a população brasileira cresceu, a pobreza extrema decresceu...



Fontes:

Renda: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD.

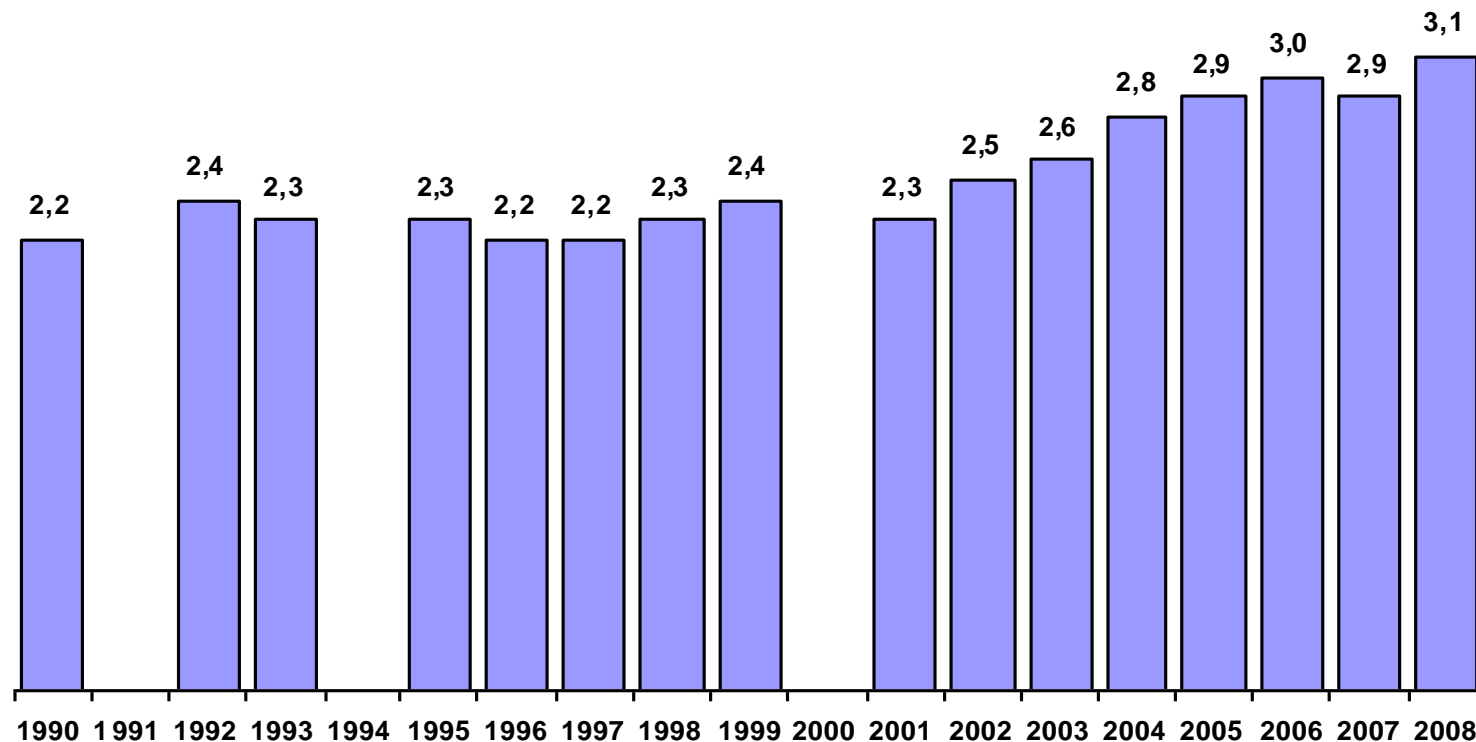
Fatores PPC: Nações Unidas, Divisão de Estatísticas (Banco Mundial, ICP 2005).

Inflação média anual do Brasil e dos EUA: Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook, 2009.

Houve também queda na desigualdade



Porcentagem da renda nacional detida pelos 20% mais pobres

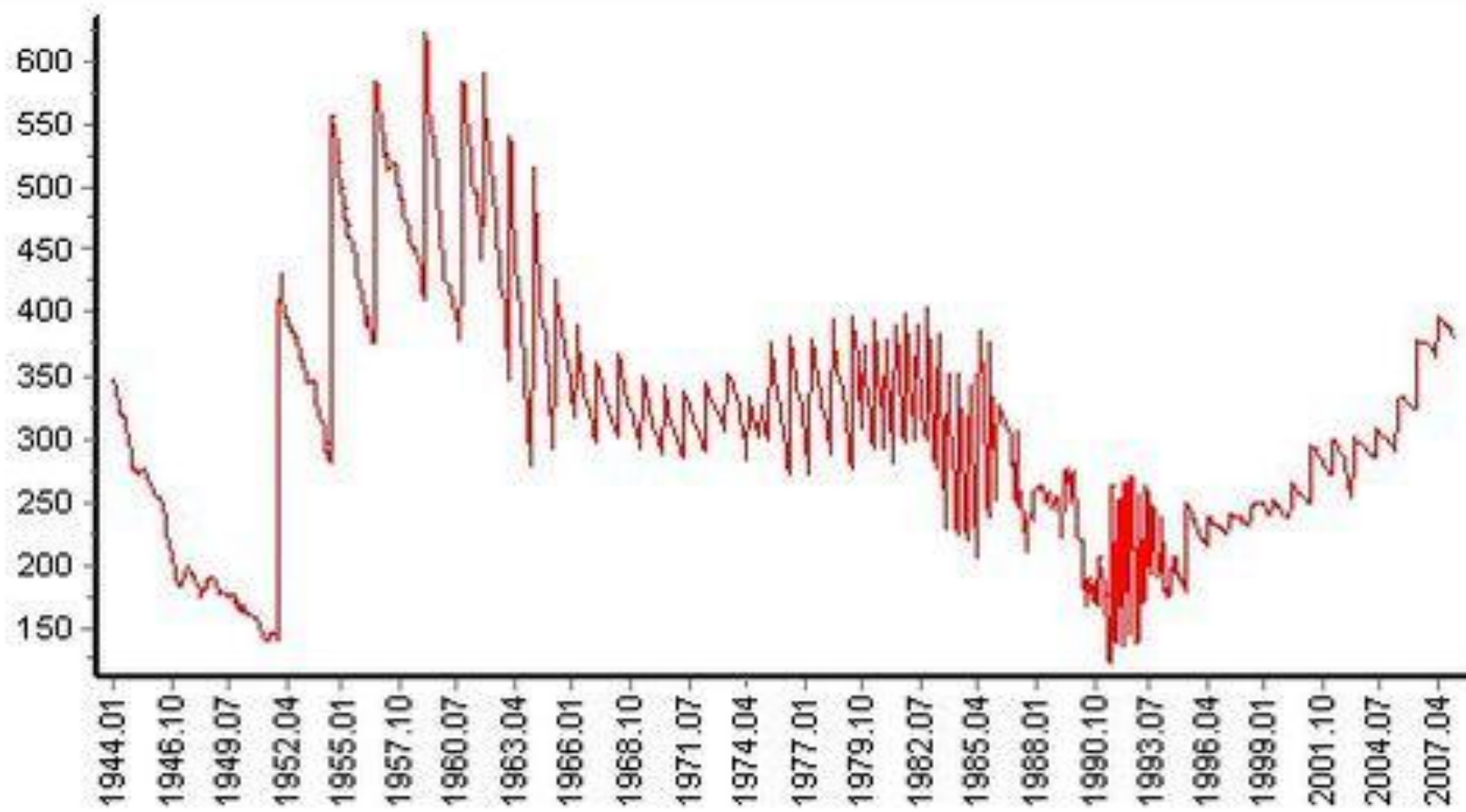


Fontes:

Renda: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD.

Fatores PPC: Nações Unidas, Divisão de Estatísticas (Banco Mundial, ICP 2005).

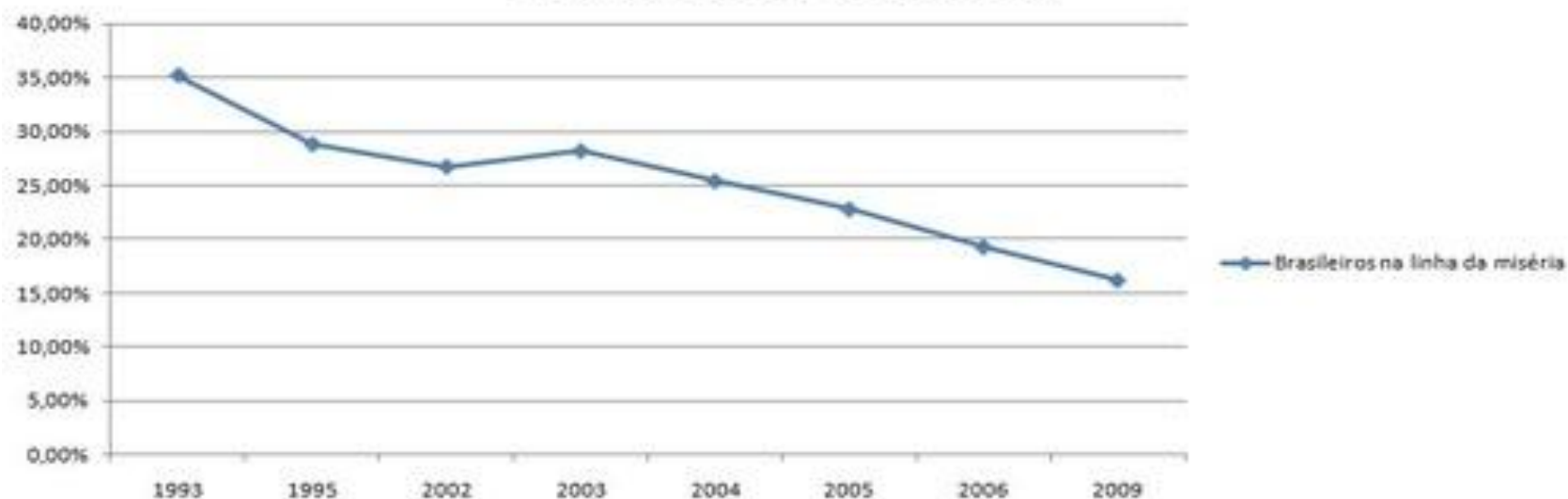
Inflação média anual do Brasil e dos EUA: Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook, 2009.



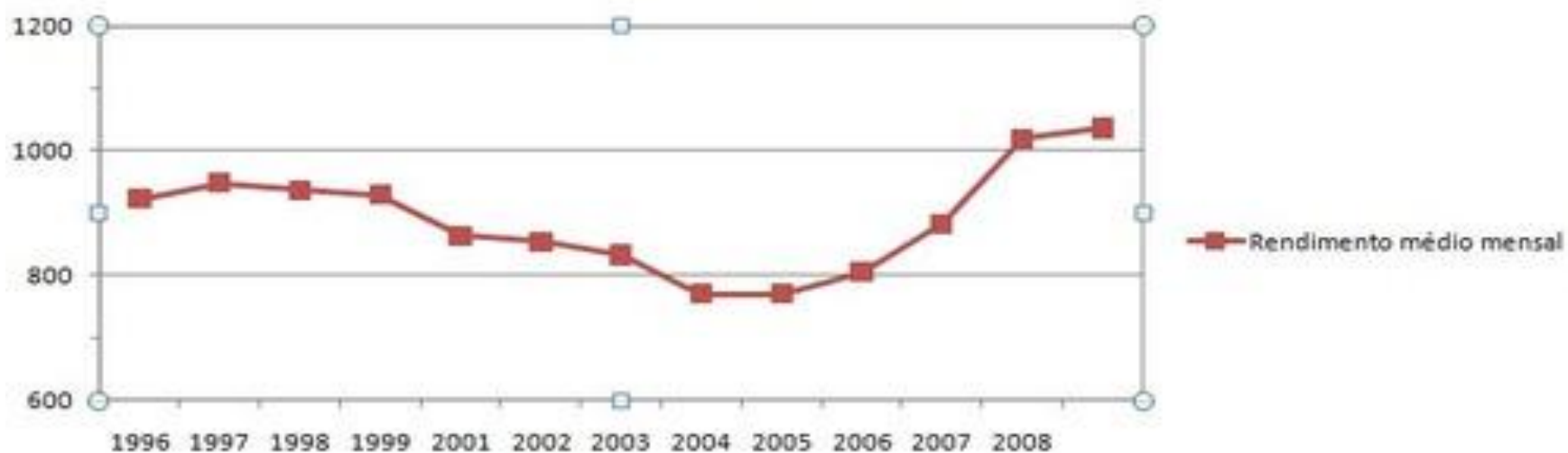
IPEADATA
● Salário mínimo real

<http://www.ipeadata.gov.br>

Brasileiros na linha da miséria



Rendimento médio mensal



7. CONCLUSÕES

- ❑ A participação social ao longo do ciclo de produção das políticas públicas é um fator explicativo da melhoria dos indicadores econômicos e sociais do país.
- ❑ A construção de espaços públicos capazes de incorporar os sujeitos sociais tradicionalmente excluídos possibilita melhores condições de disputa na sociedade das suas agendas e altera a capacidade de influência desses setores na sociedade.
- ❑ Ao invés de substituir ou confrontar a representação parlamentar, a participação social é um “informante” qualificado e legítimo para a ação parlamentar: mais de 1500 iniciativas legislativas no Congresso Nacional possuem relação direta com as resoluções das Conferências.
- ❑ A ampliação e diversificação dos sujeitos sociais disputando suas agendas na arena pública altera a relação do Estado/Sociedade e amplia a democracia.
- ❑ Os setores sociais que historicamente construíram, reproduziram e se beneficiaram da situação de extrema desigualdade do país, não possuem energia suficiente para alterar, ou liderar a transformação dessa situação.

Informações disponíveis no site:

www.planalto.gov.br/secgeral

Solicitação de informações:

articulacaosocial@planalto.gov.br